



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

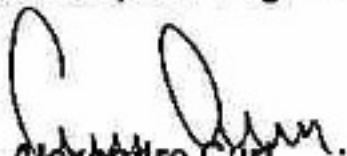
Redação Final ao Projeto de Lei nº 012/12

Declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Abatiense, com sede no Município de Abatiá e foro no Município de Ribeirão do Pinhal.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural Abatiense, com sede no Município de Abatiá e foro no Município de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2012.


Alexandre Curt
Presidente


Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

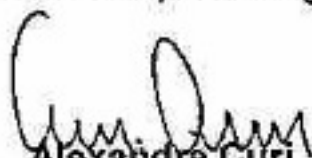
Redação Final ao Projeto de Lei nº 078/12

Declara de Utilidade Pública a
Associação Criança Feliz, com sede e
foro no Município de Guaratuba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação
Criança Feliz, com sede e foro no Município de Guaratuba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

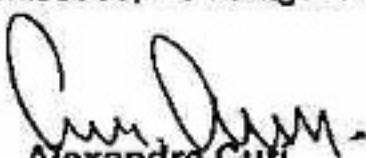
Redação Final ao Projeto de Lei nº 229/12

Concede o Título de Cidadão
Honorário do Estado do Paraná ao
Excelentíssimo Senhor Ministro João
Oreste Dalazen.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do
Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Ministro João Oreste
Dalazen, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.
A 25 Fila 01

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº 271/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 30 MAR 2011

abruas
1º Secretário

SÚMULA: Fica vedada, pelas instituições de ensino privadas sediadas no Estado do Paraná, a cobrança de taxa de material de ensino de uso coletivo.

DECRETA:

Art. 1º Ficam as instituições de ensino privadas, sediadas no Estado do Paraná, proibidas de cobrar de seus alunos qualquer taxa ou outro tipo de valor, para aquisição de material de ensino de uso coletivo.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/11.

Douglas Fabrício

DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual

15:42 30/03/2011 001604 DE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fla. 02

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a atender aos anseios populares, uma vez que pais de alunos vêm ao longo dos anos sendo compelidos a adquirirem além das extensas listas de material de ensino de uso individual, outros itens, intitulados como material de uso coletivo, tais como papel higiênico e material de expediente (como giz, folhas brancas, etc.), que deveriam ser de responsabilidade das instituições de ensino. Pressupõe-se que tais despesas já estão, ou deveriam estar previstas nas mensalidades pagas no decorrer do ano.

É o que prevê a Resolução nº 001/83, do Conselho Federal de Educação, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, e a Resolução nº 003/89, no artigo 4º, parágrafo 1º, as quais estipulam que constituem encargos educacionais, de responsabilidade do corpo discente, o pagamento de anuidade a qual, dentre outras despesas, servirá também para custear material de ensino de uso coletivo.

Resolução nº 01/83-CFE:

"Art. 2º Constituem encargos educacionais de responsabilidade do corpo discente:

1º A anuidade escolar, desdobrada em duas semestralidades, constitui a contraprestação pecuniária correspondente à educação ministrada e à prestação de serviços a ela diretamente vinculados, como a matrícula, estágios obrigatórios, utilização de laboratórios e biblioteca, material de ensino de uso coletivo, material destinado a provas e exames, 1ª via de documentos para fins de transferência, certificados ou diplomas (modelo oficial) de certificados de conclusão de cursos, de identidade estudantil, de boletins de notas, de cronogramas, de horários escolares, de currículos e de programas". (grifei).

Resolução nº 003/89-CFE:

"Art. 4º Constituem encargos educacionais de responsabilidade do corpo discente:

1º A mensalidade escolar constitui a contraprestação pecuniária correspondente à educação ministrada e à prestação de serviços a ela diretamente vinculados como matrícula, estágios obrigatórios, utilização de laboratórios e biblioteca, material de ensino de uso coletivo, material destinado a provas e exames, de certificados de conclusão de cursos, de identidade estudantil, de boletins de notas, cronogramas, de horários escolares, de currículos e de programas" (grifei)

Assim sendo, o que há na realidade, é um desvio de finalidade praticado por representantes das instituições de ensino que deveriam se ater a, tão-somente, prestar os seus serviços adequadamente em cumprimento às normas gerais da educação nacional como dispõe o inciso do artigo 209 da Constituição Federal.

Oportuno destacar ainda, que tal cobrança contraria dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, no que diz respeito à coibição de práticas (artigo 39, V) ou cláusulas (artigo 51, IV e parágrafo 1º, I, II e III) abusivas e que se tornem excessivamente onerosas ao consumidor.

A Constituição Federal de 1988 estabelece competência concorrente aos Estados em matérias relacionadas ao consumo e a dano ao consumidor, conforme se depreende dos incisos V e VIII do artigo 24 da referida Carta Magna.

O tema educação tem sido uma de nossas bandeiras já desde a campanha eleitoral e é o grande clamor popular que nos assola e por isso que cada vez mais temos que nos debruçar sobre o tema e apoiar todas as medidas que contribuam para a sua melhoria.

São estas as razões, que nos levam a submeter o presente projeto de lei à apreciação desta Casa Legislativa, na expectativa de que seja discutido e, ao final, aprovado na devida forma regimental.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 271/11

Projeto de Lei nº 271/11
Autor: Deputado Douglas Fabrício

Súmula: Fica vedada, pelas instituições de ensino privadas sediadas no Estado do Paraná, a cobrança de taxa de material de ensino de uso coletivo.

EMENTA: REAPRESENTAÇÃO DE PROJETO. COBRANÇA DE TAXA DE MATERIAL DE ENSINO DE USO COLETIVO NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS. LEGALIDADE. ONEROSIDADE EXCESSIVA AO CONSUMIDOR. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, visa proibir taxa de cobrança de material de ensino de uso coletivo nas instituições de ensino privada.

Vale ressaltar que a presente proposição já foi objeto de Projeto de Lei no ano de 2009, sob o nº. 35, de autoria deste mesmo Deputado, recebendo pareceres favoráveis em todas Comissões em que tramitou, porém foi arquivado decorrente do término da legislatura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Iniciando-se a análise, deve ser evidenciado que a análise há de ser feita pelo prisma da relação consumerista entre a Instituição de Ensino e o aluno, nas formas da Lei 8.078/90. O que se pretende ser estabelecida e detalhada é a relação entre o aluno e a instituição. Vejamos o que diz a Carta Magna brasileira em seus arts. 23 e 24.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

Já a Constituição do Estado do Paraná reza, em seu art. 53, que:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Já em relação à análise constitucional propriamente dita, tem-se que as regras ora debatidas são traçadas por Resoluções do Conselho Federal de Educação. Vejamos o contido na Resolução 03/1989, em seu art. 4º.:

Art. 4º. Constituem encargos educacionais de responsabilidade do corpo docente:

I - a mensalidade;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

Fls. 12

9/

II- a taxa;

III- a contribuição.

§ 1º. A mensalidade escolar constitui a contraprestação pecuniária correspondente à educação ministrada e à prestação de serviço a ela diretamente vinculados, como a matrícula, estágios obrigatórios, utilização de laboratórios e biblioteca, e exames, de certificados de conclusão de cursos, de identidade estudantil, de boletins de notas, de cronogramas, de horários escolares, de currículos e de programas.

§ 2º. A taxa escolar remunera, a preços de custo, os serviços extraordinários efetivamente prestados ao corpo discente com a segunda chamada de provas e exames, declarações e documentos não incluídos no § 1º deste artigo, atividades extracurriculares optativas, bem como artigo, atividades extracurriculares optativas, bem como os estudos de recuperação, adaptação e dependência prestados em horários especiais com remuneração específica para os professores"

Art. 11. É vedada qualquer forma de arrecadação paralela obrigatória de coleta.

Art. 13. A instituição de ensino devolverá ao aluno qualquer valor cobrado em excesso ou em desacordo com esta Resolução ou decisão do Conselho Federal de Educação.

Assim, não restam dúvidas que as mensalidades deverão englobar, em seus valores cobrados mensalmente, semestralmente ou anualmente, os custos dos materiais de uso coletivo, ou seja, deve corresponder a diversos fatores, tais como: material de uso coletivo, documentos para transferência, certificados, diplomas de conclusão de cursos, dentre outros.

REITERA-SE: MATERIAL DE USO COLETIVO NÃO PODE SER COBRADO EM DOCUMENTO SEPARADO, MAS TÃO SOMENTE INCLUÍDO NO VALOR DA MENSALIDADE ESCOLAR.

A Justiça brasileira inclusive já se pronunciou acerca do tema, sempre entendendo como indevida a cobrança de taxas extras por parte das instituições de ensino privado, especialmente em temas como material de uso coletivo, expedição da primeira via do diploma, dentre outros.

O que se vê é a impossibilidade de serem alargadas as cobranças, de forma a possibilitar novas cobranças, pois o instrumento hábil para tanto é a mensalidade. Assentadas tais premissas, não se pode deixar de destacar os arts. 39 e 51 do Código de Defesa do Consumidor, vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;

XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;

Ora, a defesa do consumidor, de modo eficaz, passa por medidas legislativas como a que se apresenta no caso em tela, portanto não resta qualquer dúvida acerca da constitucionalidade do presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011

DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente

DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI FILHO

Relator

Concedido Vistas ao
Senhor Deputado
Dep. Fernando Antônio
Em 22.11.2011
CCJ

Assinatura da Assessoria s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 271/2011

Projeto de Lei nº. 271/2011

Autoria: Dep. Douglas Fabrício

Súmula: Fica vedada, pelas instituições de ensino privadas sediadas no Estado do Paraná, a cobrança de taxa de material de ensino de uso coletivo.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo proibir as instituições de ensino privadas situadas no Estado do Paraná de efetuar qualquer cobrança de taxa ou valor referente à aquisição de material de ensino de uso coletivo.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 31/10/2011, tendo como relator o Deputado Cesar Silvestri Filho, que frisou em seu parecer que o material de uso coletivo não pode ser cobrado em documento separado, mas tão somente incluído no valor da mensalidade escolar. Vencida a análise legal e constitucional, é agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, constatamos que o intuito do projeto é proteger os alunos de escolas particulares na relação de consumo, evitando que, além da cobrança usual de mensalidade, se realizem cobranças ao longo do ano referentes à compra de material de uso coletivo da instituição.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação





Tal exigência se configura em uma vantagem manifestamente excessiva por parte das escolas, uma vez que não é esperada pelo consumidor, que além de arcar com os custos das mensalidades são surpreendidos pela cobrança de materiais cujo oferecimento é obrigação da instituição.


Com a aprovação da Lei em análise, a instituição de ensino passará a incluir o valor gasto com a compra de materiais de sua responsabilidade na mensalidade, como todas as outras despesas por ela arcadas ao decorrer do ano.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.


DEPUTADO EVANDRO JR.
Vice-Presidente


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Comissão de Defesa do Consumidor

Parecer ao Projeto de Lei no. 271/2011

Autor: Deputado Douglas Fabricio

Sumula: Fica vedada, pelas instituições de ensino privadas sediadas no Estado do Paraná, a cobrança de taxa de material de ensino de uso coletivo.

Justificativa: O custeamento do material de uso coletivo já se encontra previsto e embutido no valor da mensalidade escolar, conforme, inclusive, previsto em dispositivos legais.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Educação

Esta Comissão realizou a discussão do presente Projeto de Lei com o Sindicato das Escolas Particulares do Paraná – SINEPE, conforme ata em anexo, da qual resultou a aprovação de seu conteúdo pela Presidência da referida instituição, com o pedido de que a mesma entrasse em vigor a partir do próximo ano letivo.

Além disso, houve sugestão de que, em caso de infração ao disposto, houvesse a remissão ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, no que se refere às penalidades aplicáveis.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei, apresentando a seguinte Emenda Substitutiva:

Art. 2º. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 3. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2013.



Sala das Comissões, em 20 de 06 de 2012.

Deputado Paranhos

Presidente

Deputado Péricles de Mello

Relator

This block contains handwritten signatures and horizontal lines. On the left, there is a signature that appears to be 'Paranhos' written over a horizontal line. To the right of this, there is a long horizontal line with a signature 'Péricles de Mello' written above it. Below the long line, there is another signature that looks like 'Ruy'.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PL 271/2011

Art. 2º. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 3. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2013.

Sala das Comissões, em 20 de 06 de 2012.

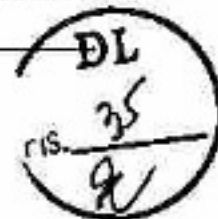
Deputado Paranáhos
Presidente

Deputado Péricles de Mello
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

PARECER À EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 271/12



PROJETO DE LEI Nº.: 271/12

AUTOR DA EMENDA: COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

SÚMULA: FICA VEDADA, PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADAS SEDIADAS NO ESTADO DO PARANÁ, A COBRANÇA DE TAXA DE MATERIAL DE ENSINO DE USO COLETIVO.

EMENTA: EMENDA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O PROJETO DE LEI EM ANÁLISE, DE AUTORIA DO DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO VISA VEDAR A COBRANÇA DE TAXA DE MATERIAL DE ENSINO DE USO COLETIVO PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADAS SEDIADAS NO ESTADO DO PARANÁ.

OCORRE QUE, RECEBEU EMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. POR ESTA RAZÃO É QUE A REFERIDA EMENDA SUBMETE-SE AGORA, A ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE POR ESTA COMISSÃO.

FUNDAMENTAÇÃO

DE INÍCIO, COMPETE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CONSONÂNCIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 33-A DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, VERIFICAR A CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, LEGITIMIDADE DO PROPONENTE, BEM COMO A TÉCNICA LEGISLATIVA ORA UTILIZADA:

ART. 33-A CABE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

I - EMITIR PARECER SOBRE AS PROPOSIÇÕES QUANTO À SUA CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE, ADEQUAÇÃO REGIMENTAL



E CARÁTER ESTRUTURAL, EM FACE DO QUE DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR
FEDERAL Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

DESTA FORMA, EVIDENCIA-SE QUE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NÃO
ADENTRA NO MÉRITO DA MATÉRIA EM QUESTÃO.

DESTARTE, AS COMISSÕES PERMANENTES TEM COMPETÊNCIA PARA APRESENTAR
EMENDAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 29, DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ:

ART. 29. A ASSEMBLEIA, DEPOIS DE ELEITA A MESA, ORGANIZARÁ AS
COMISSÕES PERMANENTES, DENTRO DE QUINZE DIAS.

§ 1º AS COMISSÕES PERMANENTES, NA RESPECTIVA ÁREA DE ATUAÇÃO,
COMPETE ENTRE OUTRAS:

(...)

III - APRESENTAR SUBSTITUTIVOS, EMENDAS E SUBEMENDAS.

ALÉM DISSO, O REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS ESTABELECE AS
OPORTUNIDADES EM QUE PODEM SER EMENDADAS AS PROPOSIÇÕES:

ART. 141. AS PROPOSIÇÕES PODERÃO SER EMENDADAS NAS SEGUINTE
OPORTUNIDADES:

I - AO INICIAR A DISCUSSÃO, DESDE QUE APOIADAS POR CINCO DEPUTADOS;

II - NAS COMISSÕES, PELOS RESPECTIVOS RELATORES, POR QUALQUER
MEMBRO DA COMISSÃO OU AINDA POR QUALQUER DEPUTADO, CONFORME O
DISPOSTO NO ARTIGO 51, §3º DESTE REGIMENTO.

PORTANTO, VERIFICA-SE QUE FOI RESPEITADO O INCISO II DO ARTIGO 141 DO
REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, TENDO EM VISTA
QUE A PRESENTE EMENDA FOI PROPOSTA PELO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR.

O REGIMENTO INTERNO, EM SEU ART. 137, §2º, PREVÊ A POSSIBILIDADE EM SE
OFERECER EMENDAS AO PROJETO DE LEI APRESENTADO, CLASSIFICANDO-SE COMO
SUBSTITUTIVA AQUELA PROPOSIÇÃO APRESENTADA COMO SUCEDÂNEA DE OUTRA. DENOMINA-SE
SUBSTITUTIVO QUANDO ABRANGE O SEU CONJUNTO.

ART. 137. AS EMENDAS SÃO SUPRESSIVAS, SUBSTITUTIVAS, ADITIVAS OU
MODIFICATIVAS.

§ 2º EMENDA SUBSTITUTIVA É A PROPOSIÇÃO APRESENTADA COMO SUCEDÂNEA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

BL
Fls. 37
A

DE OUTRA, DENOMINA-SE SUBSTITUTIVO QUANDO ABRANGE O SEU CONJUNTO.

ASSIM, VERIFICA-SE QUE A PRESENTE EMENDA ESTÁ PERFEITAMENTE COERENTE COM OS DITAMES CONSTITUCIONAIS NÃO ENCONTRANDO NENHUM EMPECILHO PARA PROSPERAR.

POR FIM, QUANTO À TÉCNICA LEGISLATIVA, INEXISTEM ÔBICES AO DISPOSTO PELA LEI COMPLEMENTAR N° 95/98.

CONCLUSÃO

DIANTE DO EXPOSTO, OPINA-SE PELA APROVAÇÃO DA PRESENTE EMENDA SUBSTITUTIVA PROPOSTA PELA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, POR ESTAREM PRESENTES TODOS OS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E DE TÉCNICA LEGISLATIVA.

SALA DAS COMISSÕES, 03 DE JULHO DE 2012

NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

Dep. CAIRO

CEZAR SILVESTRI FILHO

RELATOR

APROVADO

03/07/12



DEP. EVANDRO JÚNIOR
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 OUT. 2011

Pravitt
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 794/11

Estabelece indicadores relativos ao bem-estar da população do Estado do Paraná e indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos prestados, relacionando-os com o objetivo de proteger e defender os usuários de serviços públicos e os consumidores.

Artigo 1º- Esta lei estabelece indicadores relativos ao bem-estar da população do Estado do Paraná e indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos prestados, relacionando-os com o objetivo de proteger e defender os usuários de serviços públicos e os consumidores, em consonância com os artigos 5º, inciso XXXII, e 175, parágrafo único, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, e inciso X do Artigo. 6º da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, visando:

- I - à melhoria da qualidade de vida da população por meio da análise dos serviços públicos oferecidos;
- II - à defesa dos interesses dos usuários e consumidores de serviços públicos;
- III - à prática de ações preventivas de fiscalização dos serviços públicos, de forma a evitar danos aos seus usuários e consumidores.

Parágrafo único. O disposto nesta lei aplica-se aos serviços públicos prestados pela Administração Pública direta e indireta e por prestadores de serviços mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato, convênio ou parceria.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



Artigo 2º- A qualidade dos serviços públicos será aferida por indicadores de desempenho, que têm por objetivos possibilitar:

I - a defesa preventiva dos consumidores e dos usuários de serviços públicos;

II - níveis crescentes de:

a) universalização dos serviços públicos;

b) continuidade dos serviços públicos;

c) rapidez no restabelecimento dos serviços públicos;

d) qualidade dos bens e serviços públicos;

IV - a melhoria da qualidade do meio ambiente e das condições de vida da população.

Artigo 3º- Para os efeitos desta lei, são adotadas as seguintes definições:

I - indicador de desempenho: é o instrumento utilizado para medir a qualidade de determinado serviço público;

II - serviços públicos: são aqueles assim definidos pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Constituição do Estado do Paraná;

III - qualidade dos serviços públicos: consiste na adequação dos serviços ao uso e à satisfação dos consumidores e usuários, observadas as necessidades de sua universalização e a racionalização dos custos decorrentes, visando à melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

Artigo 4º- Os indicadores de desempenho descritos nesta Lei, sempre que couber, deverão:

I - serem desagregados geograficamente e apresentados para o Estado, Regiões Administrativas e Municípios. Para os municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, serão apontados por divisão administrativa interna do município,

II - serem apresentados com sua evolução no tempo,



Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



Artigo 5º - Para se analisar a otimização e a qualidade dos serviços públicos prestados, serão calculados indicadores nas seguintes áreas:

- I - saúde,
- II - educação,
- III - saneamento básico e habitação,
- IV - renda e trabalho,
- V - demográficos,
- VI - financeiros,
- VII - gestão,
- VIII - meio ambiente,
- IX - segurança pública.

Artigo 6º Os indicadores na área de saúde serão apresentados em relação a:

- I - mortalidade infantil,
- II - mortalidade materna,
- III - porcentagem de gestantes com seis ou mais consultas pré-natais,
- IV - mortalidade por causas externas (homicídios, acidentes de trânsito, suicídios, quedas acidentais, afogamentos e afins),
- V - mortalidade precoce em idosos (% porcentagem de óbitos entre 60 e 69 anos pelo total de óbitos acima dos 60 anos),
- VI - cobertura vacinal quanto à terceira dose da tetravalente,
- VII - cobertura vacinal quanto à triplice viral,
- VIII - frequência de consultas ao dentista.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



IX – taxa de ocupação instalada em hospital,

X – giro de leitos por mês,

XI – número de médicos clínicos por 100.000 habitantes (cem mil) habitantes,

XII – número de médicos pediatras por 100.000 (cem mil) habitantes,

Artigo 7º - Os indicadores na área de educação serão apresentados em relação a:

I – universalização da educação infantil,

II – universalização do ensino fundamental,

III – universalização do ensino médio,

IV – universalização do ensino superior,

V – evasão escolar,

VI – adequação série / idade,

VII – nível de formação / graduação dos professores,

VIII – frequência escolar,

IX – desempenho apurado no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar, Secretaria de Estado de Educação, ou equivalente, por unidade de ensino e consolidado.

Artigo 8º - Os indicadores na área de saneamento básico e habitação serão apresentados em relação a:

I – porcentagem de domicílios com acesso à água tratada,

II – porcentagem de domicílios com esgotamento sanitário adequado,

III – porcentagem de domicílios servidos com energia elétrica,

IV – porcentagem de domicílios com serviço de coleta de lixo e limpeza urbana,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



V - porcentagem de domicílios com densidade acima de duas pessoas por dormitório.

VI - porcentagem de domicílios com alguma inadequação habitacional.

Artigo 9º - Os indicadores de renda e trabalho serão apresentados em relação à:

I - renda domiciliar "per capita" média,

II - proporção de domicílios com renda domiciliar "per capita" inferior à linha de indigência,

III - proporção de domicílios com renda domiciliar "per capita" inferior à linha de pobreza,

VI - desigualdade na distribuição da renda,

V - população economicamente ativa,

VI - taxa de atividade da população por faixa etária,

VII - taxa de desemprego.

Artigo 10º - Os indicadores demográficos serão apresentados em relação à:

I - população por faixa etária e gênero,

II - esperança de vida ao nascer

III - porcentagem de população urbana e rural,

IV - porcentagem de adolescentes gestantes (com menos de 20 anos),

Artigo 11º - Os indicadores financeiros serão apresentados em relação a:

I - crescimento nominal da receita total (Receita total do período atual / receita total do período anterior),

II - crescimento real da receita total (Receita total do período atual / receita total do período anterior corrigida,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



III - Índice comparativo de gastos sociais e não sociais,

IV - despesa com pessoal (para o estado e por secretaria),

V - despesa com pessoal / número de servidores,

VI - despesa com pessoal / orçamento disponível,

Parágrafo único: A despesa com pessoal inclui despesa com pessoal próprio mais encargos e com terceirizados, inclusive consultoria e locação de mão-de-obra.

Artigo 12º - Os indicadores referentes à gestão serão apresentados em relação à:

I - capacitação (número de servidores que realizaram treinamento / nº servidores ativos),

II - formação / graduação dos servidores.

Artigo 13º - Os indicadores referentes ao meio ambiente serão apresentados em relação à:

I - área verde por habitante,

II - cobertura vegetal por habitante,

III - área de lazer por habitante,

Artigo 14º - Os indicadores referentes à segurança pública serão apresentados em relação à:

I - taxa de ocorrência policial por 100.000 habitantes,

II - mortalidade por agressão por 100.000 habitantes,

III - proporção de homicídios como causa de mortalidade,

IV - mortalidade por acidentes de trânsito.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



Artigo 15º - O detalhamento de cada indicador, bem como as respectivas fórmulas matemáticas que os expressarão será definido em decreto regulamentador expedido pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, a seu critério, estabelecer outros indicadores para cumprir a finalidade desta Lei, além dos estabelecidos nesta lei

Artigo 16º - Todo cidadão residente no Estado do Paraná, maior de idade, ou entidades representativas da sociedade podem atuar voluntariamente na avaliação da qualidade dos serviços públicos prestados pelo Governo do Estado.

§ 1º Este trabalho não trará qualquer ônus para o Governo do Estado.

§ 2º A atuação do voluntário consistirá na avaliação, feita pessoalmente ou por meio de correspondência, fax ou via eletrônica, em formulário próprio, conterá o seu nome e identificação e deverá ser dirigida à ouvidoria dos órgãos ou dos prestadores do serviço ou à Ouvidoria do Estado e deverá ser parte integrante da avaliação geral dos respectivos serviços públicos.

§ 3º Os serviços públicos prestados pela Administração Pública direta e indireta e por prestadores de serviços mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato ou convênio deverão manter caixa de sugestões e formulário próprio para avaliação dos serviços nos locais destinados à prestação dos serviços e de intenso fluxo de usuários e consumidores.

Artigo 17º - Na execução desta lei, os órgãos e entidades da Administração direta e indireta, e de serviços delegados prestarão toda a colaboração solicitada e, em especial, fornecerão os dados necessários para avaliação dos indicadores de desempenho da qualidade dos serviços públicos.

Artigo 18º - Para fins de elaboração dos indicadores de desempenho também deverão ser considerados os dados obtidos pela Ouvidoria do Estado e ouvidorias dos órgãos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury D. L.
Gabinete Deputado Evandro Junior



e prestadores de serviços, os dados apurados nas caixas de sugestões, bem como as pesquisas de opinião com os usuários.

Artigo 19º - Os dados relativos à avaliação de desempenho dos serviços públicos deverão compreender o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 20º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de sua publicação.

Artigo 21º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 22º - Esta lei entra em vigor 360 dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2011.



Deputado Evandro Junior



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khouri
Gabinete Deputado Evandro Junior



JUSTIFICATIVA

A qualidade de vida dos seus cidadãos deve ser proporcionada pela Administração Pública. No âmbito das atuais tendências de relacionamento, verifica-se a aproximação dos interesses do Estado e os da sociedade resultando em esforços múltiplos para o atendimento de objetivos compartilhados.

Os diversos aspectos que compõe a realidade do Estado e Municípios devem ser monitorados e o resultado desta avaliação deve ser apresentado à sociedade para termos um governo transparente.

Para a concretização dos objetivos de uma melhor qualidade de vida para seus cidadãos, a administração pública e a sociedade precisam ter instrumentos para medir, sob os diversos aspectos envolvidos, o bem-estar da população e como este está distribuído pela sociedade. Deve também aferir as oportunidades oferecidas às crianças para que se desenvolvam e tenham uma vida adulta de qualidade. Cuidar para que todos tenham, desde o nascimento, oportunidades semelhantes de se desenvolverem.

Para apreender e monitorar as condições de nossa sociedade, o presente Projeto de Lei apresenta diversos indicadores que buscam o desempenho da administração nas áreas de saúde, educação, saneamento e habitação, finanças, segurança e meio ambiente.

São estes indicadores que apontarão os sucessos e as falhas, bem como quais as correções necessárias, o que deve ser implementado e o que deve ser descontinuado. Ao mesmo tempo em que são um instrumento de transparência e prestação de contas, constituem um valioso auxílio para o gestor público nas decisões que deve tomar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 794/11

Projeto de Lei n.º 794/11
Autor: Dep. Evandro Júnior.

Súmula: Estabelece indicadores relativos ao Bem-Estar da população do Estado do Paraná e indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos prestados, relacionando-os com o objetivo de proteger e os consumidores.

EMENTA: INDICADORES RELATIVOS AO BEM-ESTAR. QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 5º, 24 CF. ARTS. 65 E 124 DA CE. ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de iniciativa do Deputado Evandro Júnior, objetiva estabelecer indicadores relativos ao bem-estar da população do Estado do Paraná e indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos prestados, relacionando-os com o objetivo de proteger e defender os usuários de serviços públicos e os consumidores.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Inicialmente temos que analisar o artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal, onde encontramos que todos tem o direito de receber dos órgãos públicos informações de caráter individual e coletivo, sendo vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento)

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 43 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Por conseguinte, por analogia, cumpre abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, Incisos V e VII, que dispõe sobre a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



competência da União, Estados e Municípios para legislares
concorrentemente no que diz respeito ao consumo e a informação ao
consumidor, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito
Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao
consumidor, a bens e direitos de valor artístico,
estético, histórico, turístico e paisagístico; (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa
foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la
constata-se que o assunto corresponde ao direito do consumidor à
informação.

O artigo 6º da LEI 8.078 DE 1990, que instituiu o **CÓDIGO DE
DEFESA DO CONSUMIDOR** no Brasil, usando por analogia ao caso concreto,
cita sobre os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a informação
adequada e clara sobre os produtos, podendo ser usada por analogia,
senão vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes
produtos e serviços, com especificação correta de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 23

quantidade, características, composição, qualidade e
preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Como o Projeto de Lei em questão não está elencado no
rol de exclusividade da Governador do Estado, o mesmo possui a
legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.

Diante do exposto, o Projeto está dentro da
constitucionalidade exigida.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos
Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de Fevereiro de 2012

Deputado Nelson Justus

Presidente

Deputado Alexandre Corrêa

Relator

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

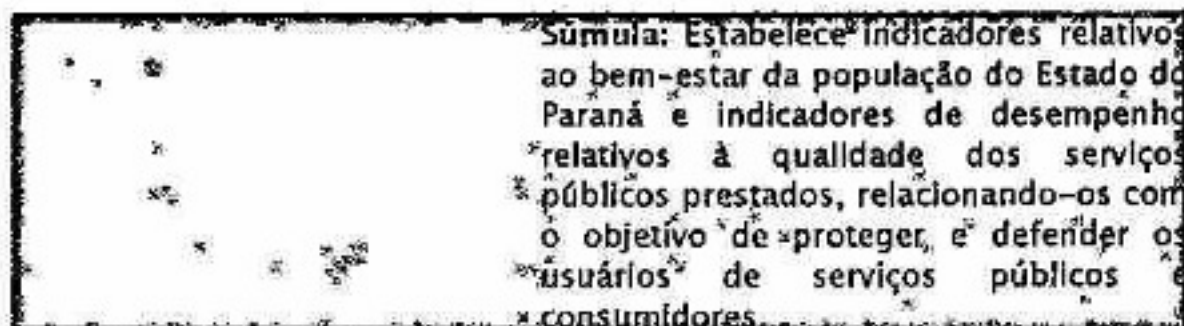


COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI 794/11

Projeto de Lei n. 794/11

Autor: Deputado EVANDRO JUNIOR



EMENTA: CIDADANIA. ESTABELECE INDICADORES RELATIVOS AO BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E INDICADORES DE DESEMPENHO RELATIVOS À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS. APROVAÇÃO.

1 - SÍNTESE FÁTICA

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Evandro Junior estabelece indicadores relativos ao bem-estar da população do Estado do Paraná e indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos prestados, relacionando-os com o objetivo de proteger e defender os usuários de serviços públicos e consumidores.

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa (fls. 19/23), estando apto a ter seu mérito analisado por esta Comissão temática.

II - MÉRITO

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto de lei, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33-U do Regimento Interno.

Pois bem.

Visa o presente projeto de lei estabelecer indicadores relativos ao bem-estar da população do Estado do Paraná e indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos prestados, relacionando-os com o objetivo de proteger e defender os usuários de serviços públicos e consumidores.

É notório o relevante interesse coletivo desta proposição ao criar Indicadores que visam a defesa de todos os cidadãos, usuários dos serviços públicos. Porém, o grande mérito deste projeto ao criar indicadores sociais e de desempenho, é criar instrumentos que possibilitam à sociedade como um todo e à administração pública medir a qualidade dos serviços públicos prestados a fim de direcionar e pautar as ações dos governos no intuito de atingir, cada vez mais, o bem-estar da população, bem como funcionar como instrumentos de transparência e prestação de contas à população.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



Os indicadores sociais e de desempenho criados por este projeto de lei buscam concretizar a efetivação dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, pois cria índices de desempenho da administração pública em diversas áreas, dentre elas, as essenciais como saúde, educação, saneamento e habitação, dentre outras.

Portanto, não havendo óbices, opino pela aprovação do presente projeto de lei.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

DEPUTADO TADEU VENERI
PRESIDENTE

DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Litro



Parecer ao Projeto de Lei no. 794/2011

Autor: Deputado Evandro Junlor

Sumula: Estabelece indicadores relativos ao bem-estar da população do Estado do Paraná e indicadores de desempenho relativos a qualidade dos serviços públicos prestados, relacionando-os com o objetivo de proteger e defender os usuários de serviços públicos e os consumidores

Justificativa: A necessidade do monitoramento dos serviços prestados pela Administração Pública, nos seus mais diversos segmentos e a influência direta na qualidade de vida dos cidadãos.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Litro

DL
30
H

Parecer:

O Projeto de Lei apresentado não possui qualquer óbice frente à legislação consumerista, sendo de grande relevância para os fins propostos.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala de Reuniões, em 27 de 06 de 2012.

Deputado Paranhos

Presidente

Deputado Cleiton Kielse

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 02
4.

PROJETO DE LEI Nº 031/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 27 FEV. 2012
Quarto
1º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Sociedade Protetora dos Animais Arca de Noé", com sede e foro em Francisco Beltrão/PR.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Protetora dos Animais Arca de Noé, com sede e foro em Francisco Beltrão/PR.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de Fevereiro de 2012.

Ademir Luiz Tralano
Ademir Luiz Tralano
Deputado Estadual

1435 27/02/2012 080867 547 RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 130/09



JUSTIFICATIVA:

A "Sociedade Protetora dos Animais Arca de Noé" foi fundada em 21 de Abril de 2002. Trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de caráter zófilo, educacional, cultural, assistencial, ecológico e de duração indeterminada. São objetivos da associação: fazer cumprir e fiscalizar, com apoio das autoridades competentes, os dispositivos do Decreto Federal nº 24.645, de 10 de Julho de 1934; o artigo nº 64 da Lei das Contravenções Penais, bem como as demais leis, portarias ou regulamentos federais, estaduais ou municipais sobre proteção aos animais; impedir e reprimir qualquer ato de crueldade, abuso e maus tratos contra animais.

Por estes motivos, tendo em vista as finalidades da associação e o preenchimento de todos os requisitos legais, o parlamentar autor do presente Projeto de Lei conta com o apoio dos seus pares para ver declarada de utilidade pública estadual a "Sociedade Protetora dos Animais Arca de Noé"



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 031/2012

Projeto de Lei nº. 031/2012

Autor: Deputado Estadual Ademar Traiano

Sûmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Protetora dos Animais Arca de Noé, com sede e foro em Francisco Beltrão/PR.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Sociedade Protetora dos Animais Arca de Noé*, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

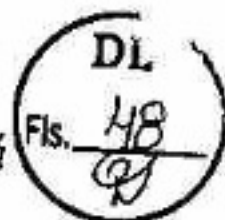
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação, meio ambiente e cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio da lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exercam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



seus atos constitutivos demonstram as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

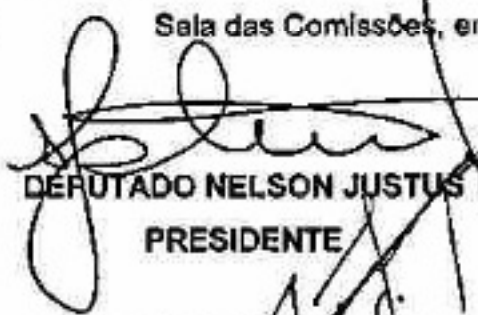
Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

STEPHANES JUNIOR

Deputado Estadual

D. L.

Fls. 2

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 26 MAR. 2012

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 110/12

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a ACAJA - Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a ACAJA - Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre, com sede e foro no Município de Jardim Alegre no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 26 de março de 2012.

Stephanes Junior
STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

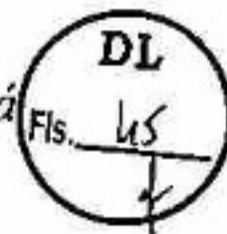
ACAJA - Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre, constitui-se em organização da sociedade civil de interesse público, pessoa jurídica de direito privado, de natureza associativa, beneficente e sem fins econômicos, tem os seguintes objetivos institucionais:

- **ACAJA - Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre** tem como objetivos sociais, a finalidade específica de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e o atendimento bem como beneficiar a comunidade da Região;
- Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da Comunidade;
- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer a cultura e o convívio social;
- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional na área de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
- Potencializar as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade.

Isto posto, solicito aos nobres Pares deste Legislativo o relevante apoio à Matéria aqui elencada.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 110/2012

Projeto de Lei nº. 110/2012

Autor: Deputado Estadual Stephanes Júnior

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ACAJA – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE JARDIM ALEGRE com sede e foro no Município de Jardim Alegre.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Júnior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ACAJA – Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre**, com sede e foro no Município de Jardim Alegre, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

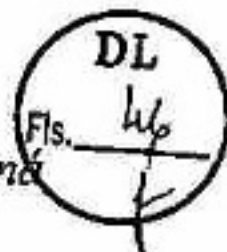
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

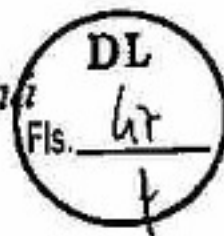
A natureza da presente Instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



autuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

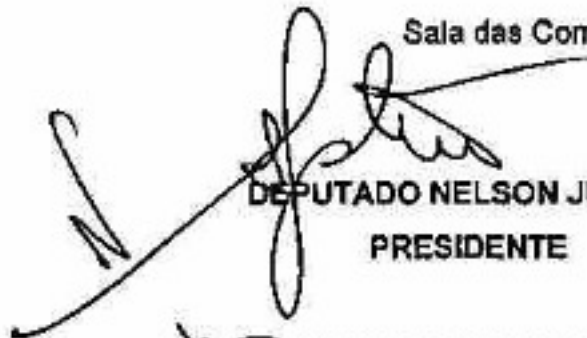
No entanto, tendo em vista que o foro correto da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é a Comarca de Ivaiporã, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

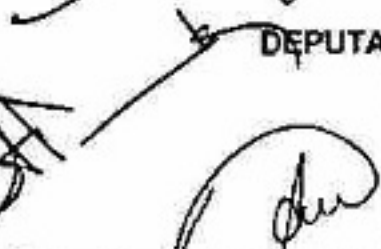
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em de de 2012.






DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



APROVADO

19.06





Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

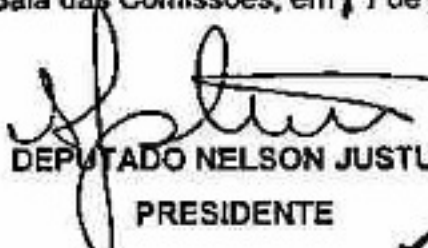


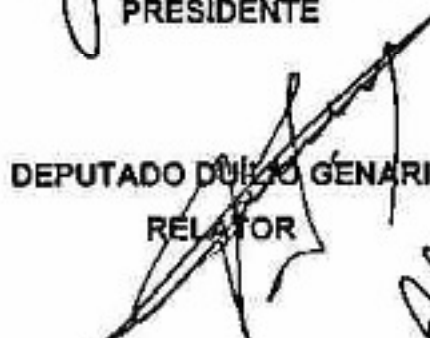
EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 110/12


De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 110/12, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a ACAJA – Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre, com sede no Município de Jardim Alegre e foro no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 19 de Junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR


APROVADO
unanimemente
19.06.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior

PROJETO DE LEI N.º ¹⁶⁰2012



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 11 ABR 2012
Ruy
1º Secretário

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE
CIDADÃO BENEMÉRITO DO
ESTADO DO PARANÁ AO
PROFESSOR DOUTOR RICARDO
MARCELO FONSECA

Art. 1. É concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do
Paraná ao Professor Doutor Ricardo Marcelo Fonseca.

Art. 2. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, emde.....de 2012

Hermas Junior
HERMAS JUNIOR
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



JUSTIFICATIVA

Curitibano, com 43 anos de idade, casado, com dois filhos, Ricardo Marcelo Fonseca, no ano do Centenário da Universidade Federal do Paraná e do Curso de Direito da Instituição é o mais jovem Diretor do Departamento do Curso de Direito da História Centenária. A honraria se dá graças a sua atuação intensa e incansável na busca do progresso jurídico e científico e que eleva o nome do Estado do Paraná e de Curitiba no mundo acadêmico e científico. Sua participação em obras com divulgação mundial, palestras, eventos, seminários e aulas em diversos países europeus e americanos, faz com que o profissional seja identificado como paranaense, curitibano e brasileiro com atuação exemplar e sem precedentes na sua área, o que o faz merecedor da honraria.

Graduou-se em Direito na Faculdade de Direito de Curitiba (1990) e em História na UFPR (1990), cursou especialização em "Direito Contemporâneo e seus Institutos Fundamentais" (1993 - IBE/PUC-Pr), Mestrado em "Direito do Estado" na UFPR (1994-1998) e Doutorado em "Direito das Relações Sociais" na UFPR (1998 - 2001). Entre 2003 e 2004 cursou pós-doutorado no Centro di Studi per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, da Università degli Studi di Firenze, Itália, sendo supervisionado pelo prof. Paolo Grossi, que além de se notabilizar no mundo como jurista, ocupa hoje o cargo de Juiz da Corte Constitucional Italiana.

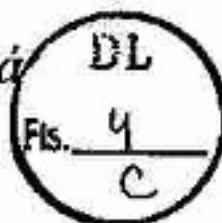
É professor associado do departamento de Direito Privado da Universidade Federal do Paraná, onde leciona nos cursos de graduação e no programa de pós-graduação (mestrado e doutorado).

É Pesquisador (produtividade em pesquisa) do CNPq. Saliente-se que somente dois pesquisadores do CNPq do Paraná atuam na área do direito.

É Procurador Federal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



Na Faculdade de Direito da UFPR, onde é professor desde 1995, como substituto, e 1998, como efetivo, ocupou as seguintes funções administrativas: **Vice-Coordenador de Curso (2000/2001)**, **Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica (2000/2002)**, **Coordenador de Curso (2002/2003)**, **Chefe do Departamento de Direito Privado (2006/2008)**. Desde 2008 ocupa a função de **Diretor da Faculdade de Direito da UFPR**.

É co-fundador e diretor científico do ILAHD (Instituto Latino Americano de História del Derecho), sediado no México, ocupando desde 2007 a função de **Diretor Científico**.

É **Presidente do IBHD (Instituto Brasileiro de História do Direito)** – associação científica de âmbito nacional que conduz e congrega o desenvolvimento da ‘história do direito’ em termos científicos – desde 2007, onde deverá permanecer até 2015.

Elevou o nome do Estado do Paraná em diversos Países, onde atuou como, como é o caso da Università degli Studi di Firenze professor convidado e palestrante – Itália (membro do “collegio dei docenti” do curso de “dottorato di ricerca in storia del diritto”, desde 2007); Università degli Studi di Macerata – Itália (proferiu curso no “Istituto di Studi Superiori Giacomo Leopardi”, em 2010),- Universidad Pablo de Olavide – Sevilha, Espanha (proferiu curso da “maestria em derechos humanos”, em 2010), Universidade de Lisboa – Portugal (proferiu curso como professor visitante, em 2011), Universidad de Medellín – Colômbia (curso na “maestria em derecho”, módulo “historia del derecho”), 2012.

Sua atuação científica é notável, tendo escrito, organizado as seguintes obras e artigos em periódicos, todas com expressão no mundo acadêmico e científico:

- Introdução Teórica à História do Direito. Curitiba: Juruá, 2009 (livro em processo e tradução à língua espanhola, pela editora Dickinson, de Madri)
- Modernidade e Contrato de Trabalho: do Sujeito de Direito à Sujeição Jurídica. São Paulo: LTr, 2002.
- em co-autoria com Mauricio Galeb: A Greve Geral de 17 em Curitiba: Resgate da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



Memória Operária. Curitiba: IBERT, 1996.

- Repensando a Teoria do Estado. Belo Horizonte: Forum, 2004.

- Crítica da modernidade: diálogos com o direito. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

- Direito e discurso: discursos do direito. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

- História do Direito em perspectiva: do antigo regime à modernidade jurídica (em co-organização com Aírton Seelaender). Curitiba: Juruá, 2007.

- As formas do direito: ordem, razão, decisão - experiências jurídicas antes e depois da modernidade. Curitiba: Juruá, 2012 (no prelo - previsão de lançamento em maio/2012)

- "A Constituição Federal e o Trabalho: um Exercício de Aproximação, "in" DALLEGRAVE, José Affonso (org.). Direito do Trabalho: Estudos. São Paulo: LTr, 1997. Págs. 50/63.

- "Controle de Constitucionalidade, Aposentadoria e Contrato de Trabalho" "in", COUTINHO, Aldacy, DALLEGRAVE NETO, José Affonso e GUNTHER, Luiz Eduardo (orgs.). Transformações do Direito do Trabalho: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor João Regis Fassbender Teixeira. Curitiba: Juruá, 2000. Págs. 199/212.

- "Walter Benjamin, a Temporalidade e o Direito" "in" MUSSE, Ricardo et alii. A Escola de Frankfurt no Direito. Curitiba: EDIBEJ, 1999. Págs. 75/86.

- "O poder entre o direito e a 'norma': Foucault e Deleuze na Teoria do Estado" "in", FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). Repensando a Teoria do Estado. Belo Horizonte: Forum, 2004.

- "A crise do trabalho e a reforma trabalhista" "in" MACHADO, Sidnei e GUNTHER, Luiz Eduardo. Reforma trabalhista e sindical: o direito do trabalho em perspectivas. São Paulo: LTr, 2005, págs. 13/25.

- "Foucault, o direito e a 'sociedade de normalização'" "in" FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). Crítica da modernidade: diálogos com o direito. Florianópolis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



Fundação Boiteux, 2005, págs. 109/127.

- "Michel Foucault e o discurso histórico-jurídico: encontros e desencontros entre Estado e poder" "in" FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). *Direito e discurso: discursos do direito*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

- Jean Bodin (verbete) "in" BARRETO, Vicente de P. (org.) *Dicionário de filosofia do direito*. São Leopoldo/Rio de Janeiro, Ed. UNISINOS/Renovar, 2006.

- FONSECA, Ricardo Marcelo . La historia en el derecho y la verdad en el proceso. In: HERNÁNDEZ, José Ramón Narváez; GAMBOA, Emilio Rabasa. (Org.). *Problemas actuales de la historia del derecho en México*. México: Porrúa, 2007, v. , p. 103-124.

- FONSECA, R. M. . A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. In: Gizlene Neder. (Org.). *História & direito: jogos de encontros e transdisciplinariedade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007, v. 1, p. 109-127.

- FONSECA, Ricardo Marcelo . La jurisprudencia y el sistema de fuentes en Brasil: una visión histórico-jurídica. In: VV AA. (Org.). *Estudios comparados sobre jurisprudencia*. México: Suprema Costa de Justicia de la Nación, 2009, v. , p. 31-46.

- FONSECA, Ricardo Marcelo . A modernização frustrada: a questão da codificação civil no Brasil do século XIX. In: Ana Carolina Brochado Teixeira e Gustavo Pereira Leite Ribeiro. (Org.). *Manual de Teoria Geral do Direito Civil*. 1 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, v. , p. 13-34

- FONSECA, Ricardo Marcelo . História do direito (verbete). In: Alexandre Travessoni. (Org.). *Dicionário de teoria e filosofia do direito*. 1 ed. São Paulo: LTr, 2011, v. , p. 208-

- "Notas Sobre a Construção de um Discurso Historiográfico Jurídico, "in" *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, Ano 16, ° 30, jun/95 e *Revista da Faculdade de Direito da UFPr*, Curitiba, Ano 28, nº 28, 1994/1995.

- "Sonho e Direito", "in" *Revista da Procuradoria Geral do INSS*, Brasília, MPAS/INSS,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná DL
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



Vol. 4, nº 1, abr/jun/1997 e Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Porto Alegre, Síntese, vol. 34, ano 2000, págs. 77/90.

- "Trabalho e Cidadania" "in" Bonijuris - Legislação Trabalhista (separata). Nº 206, Ano IX, Pág. 2491.

- "Reflexões Sobre a Guerra e a Lei", "in" Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Porto Alegre, Síntese, vol. 33, ano 2000, págs. 109/119.

- "A História no Direito e a Verdade no Processo: o Argumento de Michel Foucault" "in", Gênesis: Revista de Direito Processual Civil, Curitiba, Gênesis, Número 17, julho/setembro, ano 2000.

- "A lei de terras e advento da propriedade moderna no Brasil" "in" Anuario mexicano de historia del derecho, México, XVII, 2005, págs. 97/112

- "Dal diritto coloniale alla codificazione: appunti sulla cultura giuridica brasiliana tra settecento e novecento" "in" Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno, Milano, 33/34, 2004/2005 págs. 963/983.

- "A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879)" "in" Cuadernos del instituto Antonio de Nebrija de estudos sobre la universidad, Madrid, 8, 2005, págs. 97/116.

- "AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. (resenha)" "in" Revista da faculdade de direito da UFPR, Curitiba, 41, 2004, págs. 171/174.

- O jurista e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX "in" Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno, Milano, Giuffrè, 35, 2006, pp. 339/372

- FONSECA, R. M. . A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná, v. 44, p. 61-76, 2006.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



- FONSECA, Ricardo Marcelo . A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil do século XIX: relendo os traços do bacharelismo jurídico. Revista do Instituto dos Advogados do Paraná, v. 35, p. 581-600, 2007.

- FONSECA, Ricardo Marcelo . Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 98, p. 257-293, 2008.

- FONSECA, Ricardo Marcelo. Tempo e Direito: tradição, presente e futuro da faculdade de direito da UFPR. Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná, v. 47, p. 11-19, 2008.

FONSECA, Ricardo Marcelo . O discurso dos direitos humanos: um contraponto. Revista Jurídica Themis, v. 1, p. 155-162, 2008.

- FONSECA, Ricardo Marcelo . A jurisprudência e o sistema de fontes no Brasil: uma visão histórico-jurídica. Sequência (UFSC), v. 58, p. 23-34, 2009.

- FONSECA, Ricardo Marcelo . O positivismo, "historiografia positivista" e história do direito. Argumenta (FUNDINOPI), v. 10, p. 143-166, 2009.

- FONSECA, Ricardo Marcelo . Teixeira de Freitas: um jurista "traidor" na modernização jurídica brasileira. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 452, p. 341-354, 2011.

- FONSECA, Ricardo Marcelo . Resenha de COSTA, Pietro ("Soberania, Representação, Democracia: ensaios de história do pensamento jurídico"). Revista de Políticas Públicas (UFMA), v. 15, p. 301-303, 2011.

- FONSECA, Ricardo Marcelo . Para uma possível teoria da história dos direitos humanos. Pensar (UNIFOR), v. 16, p. 273-290, 2011.

Atua também em trabalhos de tradução e revisão técnica de tradução de obras para o renomado jurista italiano Paolo Grossi, hoje, Juiz da Suprema Corte Italiana:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



- "A formação do jurista e a exigência de um hodierno 'repensamento' epistemológico" (autor: Paolo GROSSI) "in" Revista da faculdade de direito da UFPR, Curitiba, número 40, 2004, págs. 5/25.
- "Absolutismo jurídico (ou: da riqueza e da liberdade do historiador do direito)" (autor: Paolo GROSSI) "in" Revista da Escola de direito FGV, São Paulo, 2, 2005.
- "Pensamento jurídico" (autor: Paolo GROSSI) "in" Crítica jurídica, Curitiba, 24, 2005.
- FONSECA, Ricardo Marcelo. Para além do subjetivismo jurídico moderno (de Paolo Grossi), para o livro FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Ailton . História do direito em perspectiva: do antigo regime à modernidade. Curitiba: Juruá Editora, 2008.
- FONSECA, Ricardo Marcelo . Para que serve a história do direito? um humilde elogio da inutilidade, para o livro COSTA, Pietro. Soberania, representação, democracia. Curitiba: Juruá, 2010.
- FONSECA, Ricardo Marcelo . Liberdade, para o livro COSTA, Pietro. Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010.
- FONSECA, Ricardo Marcelo ; OLIVEIRA, S. R. M. de. Juristas e paixões: motivos de um encontro - tradução do prefácio para o livro: PETIT, Carlos (org.). A paixões do jurista. Curitiba: Juruá, 2011. Curitiba: Juruá, 2011.
- "Primeira lição sobre direito" (autor: Paolo GROSSI). Rio de Janeiro: forense, 2006.
- "História da propriedade e outros ensaios" (autor: Paolo GROSSI). Rio de Janeiro: renovar, 2006. (co-tradução e revisão técnica)
- GROSSI, Paolo. A ordem jurídica medieval (no prelo, Editora Martins Fontes, 2012).

Pertence ao conselho científico/editorial dos seguintes periódicos:

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



- Revista da Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná (desde 2004)
- Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad (Madrid, Espanha, desde 2007).
- Revista eletrônica do CEJUR (UFPR) (desde 2007)
- Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais (UniBrasil) (desde 2008)
- Revista de Ciências Sociais (Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro) (desde 2010)
- **○** Critério y conducta (revista da Suprema Corte de Justicia de la Nación – México) (desde 2011)
- **○** Storie del diritto (coleção da Università di Catania, Itália) (desde 2011)
- Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, (revista do Centro di studi per la storia del pensiero giuridico moderno, Florença, Itália) (desde 2011)

○ Ainda se destaca em sua atuação científica a elaboração do prefácio de 7 livros/períódicos; pertenceu ao comitê de área do direito da CAPES (2008/2010), encarregado do credenciamento e avaliação de todos os programas de pós-graduação em direito – e seus periódicos – do Brasil; é pesquisador do CNPq, participou de 15 bancas examinadoras de doutorado; participou de 32 bancas examinadoras de mestrado; orientou 6 teses de doutorado; orientou 13 dissertações de mestrado; orientou 14 trabalhos de conclusão de curso de graduação; orientou 14 pesquisas de iniciação científica; é coordenador da coleção “Biblioteca de história do direito”, da Editora Juruá, com 8 volumes publicados, já considerada a coleção de livros mais importante do país na área de história do direito; proferiu cerca de 90 conferências em universidades do Brasil e do exterior (UFPR, PUC/PR, UP, UNICURITIBA, TUIUTI, UNIBRASIL, UEL, FUNDINOPI, UFRGS, UFSC, USP, UGF, UFF, UFMG, Universidade de Dourados/MS, UnB, UFBA, UFC, UFMA, Fac. de Direito



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



de Imperatriz/MA, UNAM (México), Universidad Panamericana (México), Tec Monterrey (México), Universidade Michoacana (México), Universidad Veracruz (México), Universidade de Lisbon (Portugal), Universidad Carlos III (Madrid), Università degli Studi di Firenze (Itália), Università degli Studi di Macerata (Itália), Universidad Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha), entre várias outras.

Recebeu Voto de Louvor pela Câmara Municipal de Curitiba, em razão do lançamento da obra "Repensando a Teoria do Estado".

Pelo perfil acadêmico de relevância jurídica e científica, inobstante a idade do homenageado, que tem se destacado dentre juristas do mundo na área de História do Direito e Direito do Estado, principalmente, elevando o nome de Curitiba, do Estado do Paraná, do Brasil e da Universidade Federal do Paraná no meio acadêmico mundial, propomos a presente homenagem como forma de que o Estado, por meio da Lei, homenageie pessoa que tem demonstrado grande expressão mundial em sua área de atuação, cumprindo com os requisitos de Lei para a honraria, bem como, com o objetivo de torná-lo exemplo para jovens que pretendam se dedicar à criação científica e acadêmica, tão importante para o entendimento e desenvolvimento da democracia, da cidadania e do desenvolvimento de um Estado de Direito. Cremos que somente com estudos acadêmicos e científicos o Brasil pode aperfeiçoar o Processo Legislativo em todos os níveis, assim como o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

Ressalte-se que o homenageado, consoante já mencionado, figura como o mais jovem Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, no ano de seu centenário, que será comemorado em 19 de dezembro de 2012, com atuação impecável e grande aceitação no meio dos professores da instituição e dos alunos.

Pego apoio aos nobres Pares para aprovação do presente Projeto de Lei, juntando documentos comprobatórios do currículo aqui descrito.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 160/2012



Projeto de Lei nº 160/2012
Autor: Deputado Hermas Junior

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ AO PROFESSOR DOUTOR RICARDO MARCELO FONSECA.

EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO, PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Hermas Junior, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao **PROFESSOR DOUTOR RICARDO MARCELO FONSECA**.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da proposição devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possua legitimidade para propor o presente Projeto.

Junta certidões às fls. 15/16.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança do Bloco PSC/PRS/PSB através da declaração de fls. 12, o Bloco



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

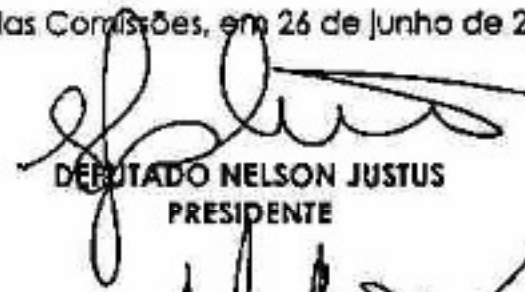
ainda possui uma quota para concessão do referido título de cidadão benemérito.


No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

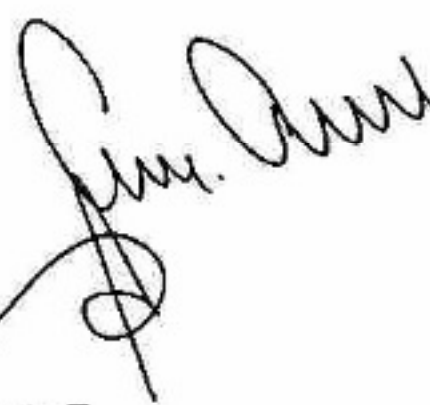
CONCLUSÃO

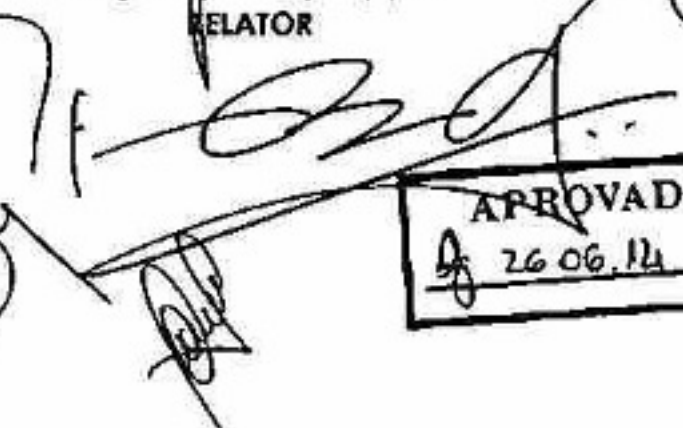
Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

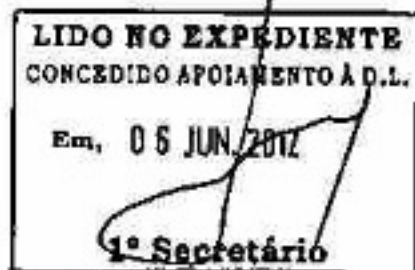
Sala das Comissões, em 26 de junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR


APROVADO


26.06.12



PROJETO DE LEI Nº 258.../2012

Súmula: Altera o artigo 1º da Lei nº 14893/2005

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 14893/2005, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica denominada de **RODOVIA PREFEITO ANTONIO FREGÚLIA**, o trecho da Rodovia Estadual PR-317, da Ponte sobre o Rio Piquiri no Município de Formoso do Oeste até o trevo de acesso à cidade de Jesuítas".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de junho de 2012.

DUILIO GENARI
DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa:

A alteração que se pretende é um pedido da família do sempre lembrado **PREFEITO ANTONIO FREGÚLIA**, que exerceu o cargo de prefeito por três mandatos.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER PROJETO DE LEI 258/2012

Projeto de Lei nº 258/2012
Autor: Deputado Estadual Dullio Genari

Súmula: Altera o artigo 1º da Lei nº 14.893/2005.

EMENTA: ALTERA O ARTIGO 1º DA Lei nº 14.893/2005. LEGALIDADE. ANÁLISE PRÉVIA FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Dullio Genari, tem por objetivo alterar o artigo 1º da Lei nº 14.893/2005.

Ressalta-se que o trecho da Rodovia Estadual PR-317, já é nominada de Rodovia Antonio Fregúlia, e o presente projeto de lei, visa aditar esse trecho com a denominação "**PREFEITO**" a frente da nomeação já existente.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

1 – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



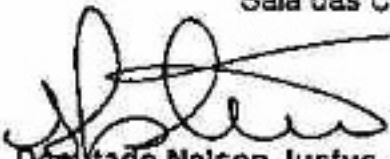
Desta forma, não se verifica nesta seara, óbice relativo à Constitucionalidade ou Legalidade no presente projeto, merecendo, em sede de análise prévia, aprovação.

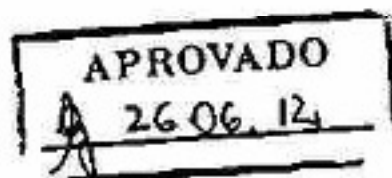
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.


CONCLUSÃO

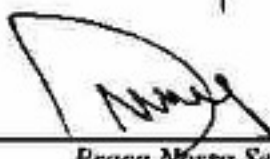
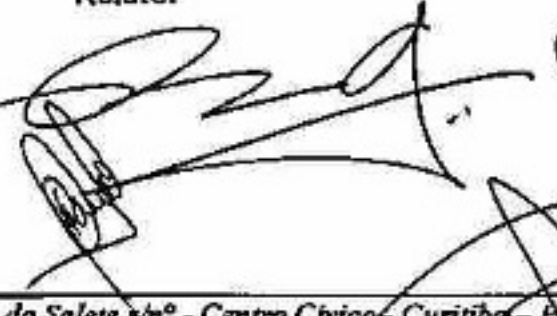


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 26 junho de 2012.


Deputado Nelson Justus
Presidente




Deputado Nelson Luersen
Relator





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 258/2012

Projeto de Lei nº 258/2012
Autor: Deputado Duílio Genari

Súmula: Altera o artigo 1º da Lei nº
14.893/2005

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 258/2012, de autoria do Deputado Duílio Genari, altera o artigo 1º da lei nº 14.893/2005, o qual denomina o trecho da Rodovia Estadual PR 317 da Ponte sobre o Rio Piquiri no Município de Formoso do Oeste até o trevo de acesso à cidade de Jesuítas.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 258/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto tem como objetivo alterar o artigo 1º da lei 14.893/2005, ficando denominada de PREFEITO ANTONIO FREGÚLIA, o trecho da rodovia estadual PR-317, da Ponte sobre o Rio Piquiri no município de Formoso do Oeste até o trevo de acesso à cidade de Jesuítas.

Cumpramos a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para o Paraná. O Projeto de Lei 258/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir tramitação.

III - CONCLUSÕES

O presente projeto de lei visa alterar o artigo 1º da lei 14893/2005, incluindo a palavra **PREFEITO** ao artigo supracitado, atendendo a um pedido da família do sempre lembrado Prefeito Antonio Fregulia, que exerceu o cargo de prefeito por três mandatos. Esse fato valoriza o homenageado, deixando uma lembrança a todos da importância do cargo que exerceu, em prol do crescimento e benefício de todos.

Desta forma a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifesta-se favoravelmente a esta proposição.

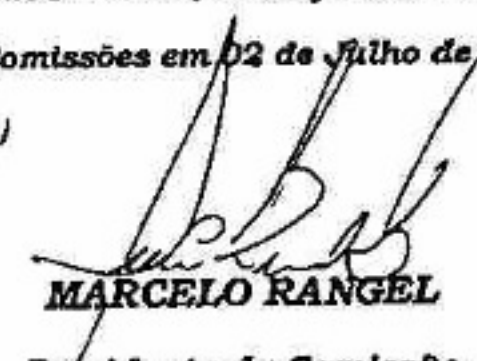
IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer, e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva apenas completar uma lei já existente, que homenageia um ilustre cidadão do Estado do Paraná. Restando desta forma, evidentes razões para aprovação desta proposição.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 258/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 02 de Julho de 2012.


MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


ADEMIR BIER

Relator





**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI No. 261/12

**IDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**
Em, 11 JUN 2012

1º Secretário

**SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE
PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
E INDUSTRIAL DO SUDOESTE DO
PARANÁ – SUDOTEC, COM SEDE E
FORO NO MUNICÍPIO DE DOIS
VIZINHOS.**

**ART 1º. – Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E
INDUSTRIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ – SUDOTEC com sede e
foro no município de Dois Vizinhos/PR.**

**ART 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação.**

Sala de sessões, em 11 de junho de 2012.

ROSE "LITRO"
Deputada Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A SUDOTEC - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ, localizada no Município de Dois Vizinhos, foi constituída em 2004 e é instituição sem fins lucrativos com objetivos voltados ao desenvolvimento da região na qual está inserida através das seguintes finalidades, entre outras elencadas em seu estatuto:

- Experimentação não lucrativa de modelos sócio-educativos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

- Prestação de assistência tecnológica, gerenciamento de projetos e apoio logístico visando o desenvolvimento tecnológico dos métodos e processos de produção, inclusive para implantação de incubadoras e nucleação de empresas;

- Promoção e desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

- Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação;

- Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

A SUDOTEC dedica-se às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas e planos de ações ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos, a órgãos do setor público e a entidades privadas que atuam em áreas afins.

Pelo caráter educacional sem fins lucrativos da referida Instituição, que pleiteia sua DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, solicitamos o apoio dos nobres pares.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



DECLARAÇÃO

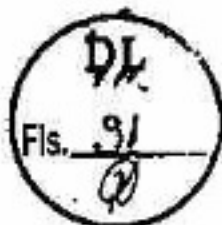
A Deputada que a presente subscreve, DECLARA, para efeitos de cumprimento do Art. 2º, da lei. N. 16.888/2011, que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela SUDOTEC - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ, localizada no Município de Dois Vizinhos/PR, cuja Declaração de Utilidade Pública propõe.

CURITIBA, 11 DE JUNHO DE 2012.

ROSE "LITRO"
Deputada Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 261/2012

Projeto de Lei nº. 261/2012
Autora: Deputada Estadual Rose Litro

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ - SUDOTEC, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos.*

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Rose Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ - SUDOTEC**, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

a) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grito nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação, pesquisa, cultura e meio ambiente, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exercam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.


Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

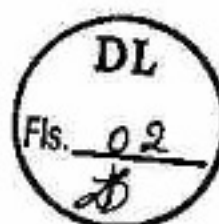

DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº

383/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 AGO 2012

1º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o Curitiba Arte – Instituto Curitiba de Arte e Cultura, com sede e foro em Curitiba/PR.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Curitiba Arte – Instituto Curitiba de Arte e Cultura, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

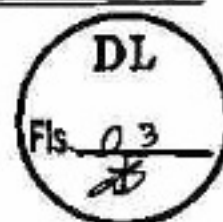
Sala das Sessões, em 07 de Agosto de 2012.


Ademar Luiz Tralano
Deputado Estadual
Líder do Governo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual o Instituto Curitiba de Arte e Cultura – ICAC, que tem como finalidade o ensino, a pesquisa, a promoção da cidadania e desenvolvimento científico, cultural, artístico e institucional, nas áreas das artes, cultura, lazer e entretenimento.

O Instituto Curitiba de Arte e Cultura é responsável pela gestão das áreas de música e literatura da Fundação Cultural de Curitiba. Na área musical administra a Camerata Antiqua de Curitiba e os seus desdobramentos em Coro e Orquestra, o Conservatório de Música Popular Brasileira de Curitiba, a Orquestra À Base de Sopro, a Orquestra À Base de Corda, o Vocal Brasileiro e o Coral Brasileiro, além de todas as atividades realizadas por esses grupos. Também é o responsável pelas séries Terça Brasileira no Paiol e Domingo Onze e Mela. Tanto as séries quanto os grupos são referências em música de qualidade. Com a administração do ICAC e a parceria da FCC, a agenda cultural da cidade passou a ter mais opções de programação. O público pode aproveitar as apresentações e os músicos têm novas perspectivas de trabalho.

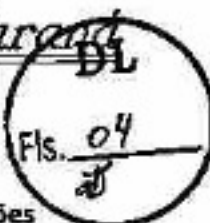
A partir de 2012 o ICAC passou também a gerir a área de literatura, responsável pela administração do programa Curitiba Lê que engloba um conjunto de ações em duas grandes áreas da Literatura: a criação literária e a leitura. Para integrar o Curitiba Lê, todas as bibliotecas mantidas pela Fundação Cultural foram transformadas em Casa de Leitura, cada uma recebendo ou mantendo o nome de escritores, jornalistas ou professores.

Somaram-se à transformação das bibliotecas a criação de novos espaços, como a Casa da Leitura Dário Vellozo, o Bondinho da Leitura e a Estação da Leitura Pinheirinho. No total são 13 endereços que têm como objetivo incentivar ativamente a prática da leitura e envolver a comunidade com o hábito de ler. As Casas da Leitura têm a proposta de atuar como um centro de estudos e pesquisas voltado à leitura, não só do ponto de vista da promoção do hábito de ler como das discussões teóricas sobre os mecanismos e as formas de incentivo. Nesse sentido, elas também são palco de cursos, seminários e conferências voltadas a agentes multiplicadores e incentivadores, como é o caso dos professores da rede municipal de ensino, contadores de histórias, arte-educadores e voluntários.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Fazem parte ainda do programa Curitiba Lê todas as ações desenvolvidas no campo da literatura, atendendo a totalidade das Regionais da administração municipal e voltadas a diversas faixas etárias. Entre elas estão os ciclos de literatura, que se propõem a estudar a obra de determinados autores, além de cursos, oficinas literárias, laboratórios de literatura, rodas de leitura e sessões de contação de histórias. Em 2011 foram administradas 1.300 rodas de leitura e aproximadamente 600 contações de histórias. Para 2012, estão programadas 1.400 rodas e 500 contações.

Enfim, é uma instituição que cumpre importante função de viabilizar ações pretendidas pelo poder pública, sendo parceira fundamental para o cumprimento de seus objetivos. Nada mais justo e correto que seja reconhecida de utilidade pública pela lei, para que possa gozar de benefícios que lhe são facultados.




REQUERIMENTO



Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 383/12 de minha autoria.

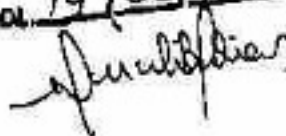
O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 383/12, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2012.


Deputado Ademir Traiano
Líder do Governo

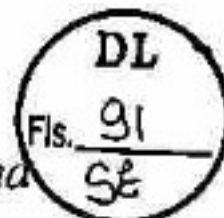
1453 13-08-2012 09:49:50 MP ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anote-se, junto-se a Proposição de referência

em 14/08/12




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 383/2012

Projeto de Lei nº. 383/2012

Autor: Deputado Estadual Ademar Traiano

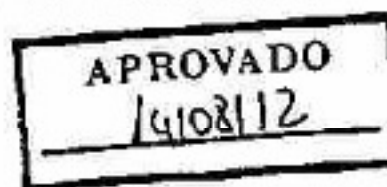
REGIME DE URGÊNCIA

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Curitiba Arte – Instituto Curitiba de Arte e Cultura, com sede e foro no Município de Curitiba/PR.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o *Curitiba Arte – Instituto Curitiba de Arte e Cultura, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.*



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que
disponham sobre;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 92
51

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação, pesquisa e cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exercam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 93
SE

seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo de assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO DULIO GENARI

RELATOR



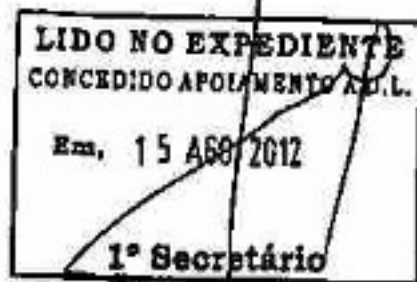
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº

418/12



SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação da Proteção e Assistência aos Condenados - APAC, com sede e foro no Município de Barracão/PR.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC, com sede no Município de Barracão/PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de Agosto de 2012.

Ademir Luiz Tralano
Deputado Estadual
Líder do Governo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Barracão/PR – APAC é uma entidade sem fins lucrativos, com patrimônio e personalidade jurídica próprios. A entidade se destina a auxiliar as autoridades do Executivo e do Judiciário, gerindo a execução penal, prestando atendimento e assessoramento aos presos condenados à pena privativa de liberdade. Seu escopo é a recuperação e reintegração social do condenado, bem como a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas.

A APAC de Barracão/PR soma-se toda a história da APAC de Itáina/MG, com existência jurídica desde 02 de Janeiro de 1986.

A APAC de Barracão/PR integra o sistema penitenciário estadual e pretende alcançar no Paraná os índices de recuperação de condenados alcançados em Minas Gerais, os quais são superiores a noventa e um por cento, com custo por recuperando três vezes menor. Vale destacar que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, instalará, conforme calendário já previamente fixado, Colônias Penais com possibilidade de serem regidas pelo método APAC.

Neste sentido, vale destacar a Lei Estadual nº 17.138, de 02 de Maio de 2012, que "autoriza do Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs". A pretendida declaração de utilidade pública estadual permitirá que a APAC de Barracão firme convênios com o Estado do Paraná, viabilizando o efetivo início das atividades com os recuperando na Comarca.

Por estes motivos, requer o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, por ser medida que atende aos interesses da sociedade organizada e a proposta o Estado de promover uma ressocialização efetiva de seus condenados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 418/2012



Projeto de Lei nº. 418/2012

Autor: Deputado Estadual Ademar Luiz Traiano.

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, com sede e foro no Município de Barracão.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Luiz Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, com sede e foro no Município de Barracão, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis
(grito nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 39
SXP

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, tendo em vista que a sede e o foro correto da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é o Município de Barracão, consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 40
SLP

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da Emenda Modificativa em anexo.


Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO DÚCIO GENARI

RELATOR


APROVADO



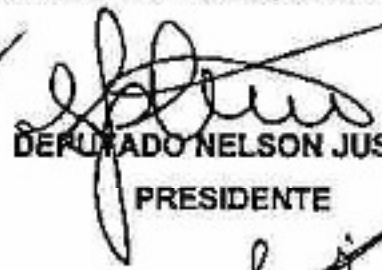
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 418/2012


Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC, com sede e foro no Município de Barracão/RR

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO JÚLIO GENARI
RELATOR


APROVADO